

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

REVISITANDO A NOÇÃO DE SUJEITO INFORMACIONAL: REFLEXÕES SOBRE DELIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE AMPLIAÇÃO NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Maira Cristina Grigoletto (Universidade Federal do Espírito Santo)

REVISITING THE INFORMATION SUBJECT: REFLECTIONS ON DELIMITATIONS AND PROSPECTS OF ENLARGEMENT IN THE SCOPE OF THE INFORMATION SCIENCE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Trata a noção de sujeito informacional pela desnaturalização de discursos e enunciados da sociedade da informação e da Ciência da Informação. Pensar a naturalização da concepção de sujeito informacional requer um olhar sobre o “sujeito” em diferentes configurações, o que direciona observações sobre o enquadramento deste mediante certos estudos de informação e de conhecimento. O objetivo deste trabalho é o entendimento desta constituição para reconhecer as condições que foram validadas e que repercutiram na estruturação e na naturalização desta nomeação. Em consideração aos estudos de Michel Foucault sobre a história arqueológica, a genealogia do sujeito, a arqueologia do saber, as tecnologias e as técnicas de si, estabelece diálogos com a Ciência da Informação e com a teoria *records continuum*. Pautado em pesquisa exploratória e bibliográfica, configura um estudo teórico-epistemológico para o tratamento das emergências do sujeito, considerando sua relação com a informação e o conhecimento, em diferentes tempos e espaços. Em busca da forma como a Ciência da Informação tem lidado com o sujeito, serão considerados aspectos da organização e recuperação da informação bem como estudos correlatos. Sugere, preliminarmente, que a concepção de sujeito informacional não pode prescindir os elementos próprios da construção do conhecimento e da informação em meio a campos de validação, sendo estes o fio condutor para a percepção e alocação do sujeito. Em outros termos, conceber o sujeito informacional é percebê-lo em relação ao conhecimento e à informação e pelos agenciamentos e dispositivos do conhecimento e da informação.

Palavras-Chave: Sujeito Informacional; Informação; Conhecimento; Tecnologias de si.

Abstract: Treats the notion of informational subject by the denaturalization of discourses and statements of information society and information science. Thinking about the naturalization of the informational subject conception, requires a look at the "subject" in different configurations, which directs observations about the framework of this one through certain studies of information and

knowledge. The purpose of this work is, therefore, the understanding of this constitution to recognize the conditions that were validated and had repercussion in the structuring and naturalization of this nomination. In consideration of Michel Foucault's studies on archaeological history, the genealogy of the subject, the archeology of knowledge, technologies and techniques of self, establishes dialogues with Information Science and with the records continuum theory. Guided by exploratory and bibliographical research, it constitutes a theoretical-epistemological study for the treatment of the emergencies of the subject, considering its relation with information and knowledge, in different times and spaces. In search of how Information Science has dealt with the subject, aspects of information organization and retrieval as well as related studies will be considered. Suggests, preliminarily, that the informational subject conception can not dispense the elements of the construction of knowledge and information in the midst of validation fields, which are the guiding thread for the perception and allocation of the subject. That is, to conceive the informational subject is to perceive it in relation to knowledge and information and by the assemblages and devices of knowledge and information.

Keywords: Informational Subject; Information; Knowledge; Technologies of self.

1 INTRODUÇÃO

Desde os apontamentos de Castells (1999) sobre a sociedade em rede, perpassando pelas configurações de Burke (2003) sobre o conhecimento e a informação e caminhando pelas atuais reflexões de González de Gómez e Rabello (2017) em torno de perspectivas de “sujeito” no campo da informação, verifica-se encaminhamentos para entendimentos sobre os percursos para a fundamentação da concepção de sujeito informacional.

A compreensão de sujeito informacional pelas delimitações disciplinares, científicas, mas, e sobretudo, pelas formas, limites e possibilidades de aceitação ou negação das bases que fundamentam esta condição em meio a determinadas alocações, institucionalidades e historicidades são os elementos que auxiliam no tratamento da desnaturalização desta noção.

O olhar sobre o sujeito informacional, com base nos pressupostos estabelecidos pela sociedade da informação e pelos encaminhamentos da Ciência da Informação, permite repensá-lo levando em consideração as relações e interações do sujeito com as técnicas e as tecnologias.

Portanto, uma análise teórica pautada pela dimensão política permite recolocar questões em torno de técnicas e práticas que, no Ocidente, auxiliaram na gestação da noção de sujeito informacional (FOUCAULT, 2011)¹. A partir da sociedade da informação, novas formas de relação entre economia, Estado e sociedade foram estabelecidas, o que direciona a busca por entendimentos sobre as relações do sujeito com o conhecimento e a informação (CASTELLS, 1999; BURKE, 2003).

¹ Embora Foucault (2011) não aborde a noção de sujeito informacional, suas categorias de análise sobre o sujeito auxiliaram no desenvolvimento deste estudo.

Do mesmo modo, pode-se entender, com base em uma história arqueológica, os discursos, o institucional e as práticas sociais por meio das quais, por exemplo, a Ciência da Informação surgiu e fundou seu quadro teórico e metodológico, influenciando para a alocação do sujeito (FOUCAULT, 2011; RABELLO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017).

Outro caminho para abordar tais questões tem fundamento nas reflexões de Roberts (1982) que, em sua busca para compreender o “homem informacional” por analogia com o “homem econômico”, permite considerações acerca de como, e para que efeito, o conceito de “homem informacional” foi implantado pelos cientistas da informação.

Conforme indicado por Castells (1999, p.23), desde o fim da era cristã e pelos desdobramentos da revolução tecnológica, percebe-se o remodelamento da base material da sociedade de forma deveras acelerada, movimento este concentrado nas tecnologias da informação. Para o autor, a configuração do sujeito, observada pelos movimentos sociais que tendem, na conjuntura da sociedade da informação, a serem fragmentados, trazem “uma oposição bipolar entre Rede e Ser”.

Pela fragmentação social, percebe-se também a alteração de centros de controle, de pontos de referência, o que aponta para a reorganização da maneira como formas e normas foram direcionadas ao tratamento do conhecimento e da informação. Segundo Castells (1999, p.23), por meio desta fragmentação uma ameaça deve ser considerada, a “alienação entre grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho”.

Por esta indicação, percebe-se a importância de se levar em conta o tratamento da identidade para abordar a noção de sujeito, entre tantas questões, pela afirmação de que “a busca pela identidade é tão poderosa quanto a transformação econômica e tecnológica no registro da nova história” (CASTELLS, 1999, p.24).

Em complemento a este pensamento, cabe destacar o posicionamento de Foucault (2011, p.153) sobre a obrigação moral para qualquer cidadão, a obrigação da verdade. Ou seja, a condição de “conhecer a si mesmo, dizer a verdade sobre si mesmo, e constituir-se como objeto de conhecimento tanto para as outras pessoas como para si mesmo”.

A partir destes apontamentos e com base na genealogia do sujeito, o objetivo deste estudo é compreender a constituição do sujeito por meio da história a partir da qual resultou a concepção de sujeito informacional (FOUCAULT, 2011).

Pelo método da arqueologia do saber, no domínio das tecnologias, e pela articulação entre certas técnicas e tipos de discurso sobre o sujeito, apresenta-se, em um primeiro

momento, aspectos de conjuntura para percepção do sujeito em meio a diversas possibilidades de alocação, vivência, habilidades e competências (FOUCAULT, 2011). Em continuidade, aborda-se as delimitações a partir da verificação das categorias fundantes e catalizadoras da ciência da informação. Por fim, busca-se elementos para sustentar a ampliação da noção de sujeito informacional pelos encaminhamentos voltados à compreensão do aspecto social da informação e pelas perspectivas advindas da teoria *records continuum*.

2 O PENSAMENTO SOBRE O SUJEITO INFORMACIONAL NA CONJUNTURA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A condição de sujeito informacional pode ser pensada em meio às configurações de reconhecimento de necessidades que, de alguma maneira, foram resultado de verificações sobre este ao longo dos agenciamentos direcionados às formas de exteriorização de informação e de conhecimento, as quais foram incorporadas, de diversas maneiras e em diferentes espaços e tempos, pelos estados mercantilistas, nacionais e capitalistas.

Os centros de acúmulo e cálculo foram fortes empreendimentos tanto para o controle quanto para a comercialização de informação e de conhecimento pela Igreja e pelo Estado que, utilizando-se de diferentes instrumentos, reorganizaram o ser e o estar do sujeito em relação ao conhecimento e à informação. Nesta conjuntura, observa-se também as formas de organização dos saberes e as de (re)valorização do conhecimento e da informação. Cabe ainda mencionar as mudanças de habilidades e competências do sujeito, seja pelas alterações dos meios e mecanismos para a busca e produção de informação e de conhecimento ou pelas técnicas e tecnologias empregadas na materialidade, reprodução e circulação de objetos “informacionais” (LATOURET, 2012; BURKE, 2003).

Tais questões, observadas pelo viés da sociedade do conhecimento e pelas perspectivas da arquitetura em rede, indicam que os centros de acúmulo e cálculo não puderam ser mais controlados de forma centralizada. Isso redireciona as formas de exteriorização e tratamento de informação e de conhecimento. A incidência de centrais de acúmulo e cálculo, de diferentes “redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão” transformaram os centros em sistemas compartilhados e interativos (AGUIAR, 2007, p.13).

Em se tratando de formas de exteriorização de informação e de conhecimento, pensa-se, entre outros aspectos, nas reflexões de Meneses (2007) sobre as elaborações de Nora² a respeito dos “lugares de memória”, não necessariamente para abordar as instituições, mas os movimentos de transformação das habilidades dos indivíduos pelas formas de deslocamento da memória.

Meneses (2007, p.31) esclarece que Nora aborda a transformação de ambientes de memória para lugares de memória, sendo que: os ambientes de memória estariam relacionados a uma “memória subjetiva”, “espontânea, viva, realizada”, indicando uma experiência internalizada”; e os lugares de memória representariam uma “memória objetivada”, condensada em “espaços, coisas, pessoas, instituições, cerimônias, símbolos, etc.” Ou seja, a memória passou, progressivamente, a ser “sintetizada em plataformas precisas”.

O autor pontua que essas transformações podem indicar que a “memória viva” desapareceu. No entanto, defende que esta não desapareceu, “mas assumiu outras possibilidades que vão além dos lugares de memória de Nora”. Sugere, por exemplo, que “a revolução cibernética criou uma memória objetiva, totalmente externalizada e de capacidade aparentemente infinita, muito mais do que é capaz a memória internalizada”. Indica ainda que, em um tempo sincrônico, existem múltiplas temporalidades para operar a memória (MENESES, 2007, p.31).

As atividades dos indivíduos no universo digital e as formas de criação de memórias são abordadas por Gibbons (2015) que considera a complexidade do patrimônio cultural *online*, indicando questões relacionadas aos arquivos, à cultura e à tecnologia. Segundo autora, no ambiente digital existem diferentes maneiras de ver e saber, as quais adquirem significados diversos no espaço-tempo. Em relação à informação, destaca que esta é construída, interpretada e comunicada por sociabilidades e interações múltiplas, o que aponta para as condições dos sujeitos e das memórias em um mundo de (co)produções e ambiências.

As mudanças de papéis, funções e ambiência informacional das organizações, de cunho econômico e social, teriam como efeito mudanças em sua percepção e intervenção do ciclo de vida da informação em que se insere. Nessas e em outras circunstâncias, é cada vez mais difícil identificar se o informacional e o tecnológico agem como variáveis independentes sobre as práticas sociais, onde se manifestam seus efeitos, ou se as mudanças

² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993.

da infraestrutura epistêmico-tecnológica são também resultantes de novas e complexas configurações sociais. Um exemplo dessa codeterminação entre o social e o tecnológico encontraríamos nas manifestações do agente da informação – não somente na busca e no uso da informação, mas na “autoria”, na geração de informações, documentos, dispositivos e enunciações digitais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017, p.81)

A sociedade em rede, modelada pela revolução da tecnologia da informação, que alterou a geopolítica global, reestruturou o capitalismo e trouxe novas formas de relações entre economia, Estado e sociedade, começou a se realizar pelo conjunto de relações estabelecidas no interior das sociedades por meio de uma mediação cibernética. Em uma matriz cibernética e não mais energética, os agenciamentos sobre os sujeitos e os objetos foram estabelecidos no sentido de potencializar a mente humana e não a força; a transformação pretendida passou a ser direcionada ao conhecimento e não a matéria-prima. Nesse sentido, a tecnologia começou a ser concebida como um processo, sendo que o usuário pode ser um criador (AGUIAR, 2007).

Os campos de constituição e ação sobre o sujeito foram remodelados em meio a estas conjunturas, sendo necessário refletir sobre as condições que foram e que são estabelecidas em formas diferenciais de relações do sujeito no modo informacional. Ou seja, nas “condições em que acontecem a vida, a informação, as relações, a produção e a cultura” (AGUIAR, 2007, p.16).

Isso indica a interação entre técnicas e tecnologias, o que aponta para a formulação de Foucault (2011) sobre as tecnologias de si. O autor apresenta que, para Habermas (1982)³, existem 3 tipos de técnicas predominantes na sociedade humana: as técnicas de produção, que permitem produzir, manipular e transformar as coisas; as técnicas de significação, que permitem a utilização de sistemas e de signos; e as técnicas de dominação, que permitem “determinar a conduta dos indivíduos, impor certas vontades a eles e submetê-los a certas finalidades e objetivos”. Pelas técnicas de dominação é que se verifica o conhecimento do sujeito (apud FOUCAULT, 2011, p.154).

Para Foucault (2011, p.155), as tecnologias de si seriam as técnicas de técnicas. Ou seja, “as técnicas que permitem aos indivíduos realizarem, por eles mesmos, um certo número de operações sobre os seus próprios corpos, almas, pensamento, condutas”. Em outros termos, seriam as formulações resultantes de um certo “encontro entre as maneiras pelas quais os indivíduos são dirigidos [e conhecidos] por outros e os modos como conduzem a si mesmos [e conhecem a si mesmos]”.

³ HABERMAS, Jurgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Neste ponto, encontra-se o que Foucault (2011, p.156) chama de governo. Para ele, “governar é sempre um ponto de equilíbrio, com complementaridades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo”.

Manguel (2000, p.31 e 32) ao abordar o “ser judeu” indica que os “epítetos aplicados a nós implicam uma definição” e que, em determinadas situações às quais somos expostos, podemos ser forçados a fazer uma escolha: aceitar ou negar uma “vasta e difícil identidade”. Em continuidade, ao estabelecer diálogo com o filósofo francês Alain Finkielkraut e a obra “O judeu imaginário”, apresenta que, a partir da noção de identidade construída, muitas são as questões em torno do que significa “ser judeu”, o que indica que “toda definição é uma limitação” (MANGUEL, 2000, p.33).

Em analogia às questões sobre o “ser judeu”, indica-se, preliminarmente, o olhar sobre o sujeito informacional para pensar, a partir da configuração da sociedade da informação e das mudanças inerentes a esta conjuntura, elementos que emergem ou reaparecem no campo de debate: as técnicas, as tecnologias, as relações e as interações do sujeito com diversos objetos e com o mundo.

No ensaio “O computador de Santo Agostino”, Manguel (2000) elabora considerações acerca do que expressa como “lembranças do futuro”. Em atenção às transformações do leitor e das possibilidades de leitura, discorre sobre as características do “ser leitor” em diferentes situações e historicidades, destacando, por exemplo, que a “leitura silenciosa não é uma arte tão antiga quanto possamos pensar” (MANGUEL, 2000, p.275).

A explanação de Manguel (2000, p.276) foi realizada no sentido de alocar a visão e experiência de Santo Agostino no século IV em relação à leitura, sendo que este lia, assim como “os antigos gregos e romanos, em voz alta, para compreender a cadeia ininterrupta da escrita de então, sem pontos finais ou maiúsculas”.

Santo Agostino concebia que a leitura precisava se tornar presente; as palavras escritas (*scripta*) deveriam se tornar palavras faladas (*verba*) para ganhar vida; e o leitor deveria “insuflar vida no texto, preencher com linguagem viva o espaço criado”. A leitura silenciosa que estranhava Santo Agostino no século IV, já era comum no século IX e, na contemporaneidade, passou a adquirir outros contornos, sendo que, ao invés de dar vida às “*verba*”, “**fizemos** as *scripta* mortas andarem” na tela de um computador (MANGUEL, 2000, p.277, grifo nosso).

Por esta alegoria, verifica-se incidências de lugares simbólicos e, “o medo deslocado da tecnologia, que outrora opôs o códice ao rolo, agora opõe o rolo ao códice. Opõe o texto que se desenrola na tela às múltiplas páginas do livro do leitor humanista” (MANGUEL, 2000, p.288). O apontamento de Manguel (2000) chama a atenção para a humanidade dos mecanismos tecnológicos, para a necessidade de reconhecimento e aceitação desta dimensão humana. Além disso, atenta para a seguinte questão:

[...] o que precisamos não é nos maravilharmos diante dos efeitos da realidade virtual, mas reconhecer seus defeitos muito reais e úteis, as necessárias fissuras pelas quais podemos entrar em um espaço ainda não criado (MANGUEL, 2000, p.288).

Pelas perspectivas sugeridas por González de Gómez e Rabello (2017), este espaço ainda não criado ou fundamentado talvez esteja na fissura da aceitação da condição social da informação. Em outros termos, da subjetividade e da abstração que envolve a condição de ser e viver do sujeito desde as delimitações estruturadas na sociedade da informação até os modelos conceituais e metodológicos estabelecidos no âmbito da ciência da informação.

Ao alocar em segundo plano a informação como fenômeno social, o campo da ciência da informação ergue seus alicerces com base numa concepção teleológica, mediante técnicas e tecnologias, que restringe a concepção de sujeitos agentes – produtores, intermediadores e consumidores de informação e de conhecimento – bem como limita a possibilidade de estudo de aspectos que escapam dos domínios dos sistemas de informação, como é o caso dos conceitos para além do registro (RABELLO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017, p.28).

Infere-se, por meio deste posicionamento, que, embora seja um tema bastante visitado pela literatura em Ciência da Informação e demais áreas, persiste a importância de se revisitar a noção de sujeito informacional na medida em que os processos e procedimentos de/para o tratamento de formas de exteriorização de informação e de conhecimento requerem observância para além das “agências/objetos” atualmente validadas. Ademais, concebe-se que requer um olhar sobre a articulação entre elementos que possam suportar efemeridades para continuidades.

O cenário exposto traz alguns indícios que auxiliam na proposição da desnaturalização da noção de sujeito informacional, articulando visões e percepções sobre emergências a partir das quais este pode ser percebido. Algumas das indicações apresentadas não podem ser, necessariamente, incorporadas em plataformas e sistemas precisos de informação. No entanto,

são elementos de conjuntura para a compreensão dos percursos para a delimitação do sujeito no modo informacional.

3 O SUJEITO INFORMACIONAL: DELIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS DE AMPLIAÇÃO

A possibilidade de aceitar ou negar a condição de sujeito informacional não deve prescindir a compreensão de que esta formulação é resultado de delimitações fundamentadas em bases teóricas, epistemológicas e metodológicas, por exemplo da Ciência da Informação, sobre o profissional e o usuário de informação e de conhecimento.

Em meio aos processos de reorganização dos saberes e das disciplinas pelos encaminhamentos cientificistas, com maior força desde o final do século XIX, é que se identificam lugares, espaços e tempos a partir dos quais a noção de sujeito informacional pode ser pensada pelos campos predominantemente reconhecidos e validados como mais aptos para a abordagem do sujeito em um modo informacional.

Para compreender como a Ciência da Informação lida com a noção de sujeito, é importante o reconhecimento das bases de sua fundação para, então, acompanhar os percursos deste campo no sentido de verificar questões e problemas para os quais tem buscado soluções. Além disso, cabe o apontamento de que os direcionamentos para o tratamento de problemáticas em torno do conhecimento e da informação são desdobramentos de movimentos anteriores, desenvolvidos, por exemplo, pela Bibliografia, Bibliologia e Documentação.

Essas questões podem ser inicialmente observadas a partir de duas vertentes. A vertente francófona, direcionada para a organização da informação e, a vertente anglófona, que desenvolve enfoques voltados à recuperação da informação. Como Rabello e González de Gómez (2017, p.24) demonstram, tais vertentes podem ser consideradas “categorias catalizadoras e congregadoras de saberes” ou “fundantes da Ciência da Informação”. Para Saldanha (2013, p.73),

Aquilo que hoje chamamos de “ciência da informação” continuará sendo “ciência da informação”, pelo menos, enquanto a força de noções como “informação” e como “conhecimento” permanecer com sua sombra sobre nossa sociedade e, logo, sobre nosso campo.

Em relação ao desenvolvimento de considerações sobre o sujeito no âmbito da Ciência da Informação, Araújo (2013, p.1) apresenta que, nos EUA, na Inglaterra e nos países nórdicos houve, em meados da década de 1960, um direcionamento de abordagens voltado às

information needs and uses, sendo que, na década de 1980, o enfoque dos estudos passou a se pautar nos usuários (*information behaviour*).

Já, no Brasil estas questões foram consolidadas, primeiramente, na expressão “usuários da informação” e, posteriormente, nos “estudos de usuários”. Segundo o autor, nos países latino-americanos verifica-se encaminhamentos para a inserção da perspectiva da “informação social”, entre tantas questões, pelas “relações desiguais de recursos, de poder e de acesso à informação” (ARAÚJO, 2013, p.2).

Como destacado por Araújo (2013, p.2), nos últimos vinte anos, houve uma ampliação de estudos sobre os sujeitos informacionais, sendo o principal motivo “o surgimento de perspectivas de pesquisa que buscaram integrar o caráter individual e coletivo do comportamento dos usuários, bem como sua inserção nos contextos socioculturais”. Com esta proposta, no âmbito internacional, começaram a ser realizados estudos pautados no construtivismo, na formação de conhecimento, na fenomenologia e na subjetividade.

No Brasil, tal perspectiva tem sido desenvolvida por meio de abordagens fundamentadas na antropologia da informação, na mediação da informação, na ação informacional e na abordagem interacionista (ARAÚJO, 2017).

O deslocamento de estudos mais focados em “sistemas e serviços de informação, com documentos e tecnologias de processamento de informação” pode ser percebido desde o reconhecimento das potencialidades dos sujeitos em relação aos objetos “informação” e “conhecimento”. Isso permitiu que estes pudessem ser entendidos tanto como “indivíduos que precisam de informação” como “produtores de recursos informacionais” (ARAÚJO, 2013, p.1).

Infere-se que este deslocamento se deve, em parte, à sustentação das bases objetivas da Ciência da Informação pelo viés cientificista, podendo, portanto, ampliar ou revistar, em seus estudos, questões em torno de subjetividades e de aspectos sociais.

Pelo entendimento das perspectivas contemporâneas sobre os sujeitos informacionais a partir do cruzamento da Ciência da Informação com as ciências humanas e sociais, Araújo (2013, p.2) elaborou dois direcionamentos. O primeiro voltado “a percepção de que o uso da informação é resultado de uma aplicação, por parte do sujeito, de significados dados coletivamente”. O segundo, pela “constatação de que esse conjunto de referências sociais é construído justamente pelos sujeitos, no decurso de suas ações”.

Por estes encaminhamentos, adverte que “sujeitos informacionais não representam apenas uma evidência empírica (seres humanos se relacionando com documentos e informação)”, mas “acrescentam algo à ideia de sujeito”. Concebe, portanto, a constituição de um tipo particular de sujeito, um indivíduo que usa, busca, sente falta ou dissemina informação” (ARAÚJO, 2013, p.3).

A compreensão de “sujeito” pelas definições de informação, sujeito e proposições modelares da Ciência da Informação foi conduzida por González de Gómez e Rabello (2017) que se atentaram para a tradição na área de informação e para transversalidade da produção de conhecimento.

Neste sentido, buscaram o vínculo entre objeto (agência) e sujeito (quem agencia). O sujeito verificado “em relação” mediante dois aspectos: o homem como ser social; e o homem como “sujeito em construção e que tece espaços epistêmicos, os quais permitem criar e recriar situações de convivência de saberes” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017, p.44).

A partir do perspectivismo teórico de Capurro (2007)⁴, os autores fazem considerações sobre as dimensões objetiva, subjetiva e social da informação e as formas de relações com o sujeito (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017).

Conforme apresentam, pela dimensão objetiva, a agência do sujeito é minimizada, sendo este um receptor passivo na medida em que existe uma sobreposição do objeto (sistema de informação) sobre o sujeito (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017).

Pela dimensão subjetiva, o sujeito pode ser verificado como um agente que atribui sentido à informação, sobressaindo a individualidade a medida em que o foco de consideração é a interpretação particular do profissional de informação ou do usuário. Embora por esta perspectiva a relação sujeito-objeto continue nos sistemas de informação, o foco se desloca para o sujeito (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017).

Em relação à dimensão social são verificados outros contornos. O primeiro que leva à compreensão de que a construção de sentido é considerada a partir da relação de sujeitos em determinado contexto social. Deste modo, a construção individual deixa de ser o foco e o sistema de informação pode ou não ser considerado. O segundo aspecto faz menção à validação, a produção e a apropriação de conhecimento de maneira independente da noção de

⁴ CAPURRO, Rafael. Epistemología y Ciencia de la Información. *Enl@ce*: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Año 4, n.1, Enero-Abril, p.11-29, 2007.

sistema. Por fim, o sujeito podendo ser concebido como um ator cognitivo-social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017).

A proposta de Rabello e González de Gómez (2017) para complementariedade do quadro teórico tradicional da Ciência da Informação, foi sugerida pela inserção do paradigma social da informação por meio de reflexões voltadas para a produção e intermediação de informação e de conhecimento.

Pelo viés da produção indicam a possibilidade de compreensão da gênese, a qual abarca aspectos cognitivos e sociais, os quais antecedem a “consustanciação da informação e do conhecimento em suportes e sistemas”. Conforme inferem, por meio deste encaminhamento seria viável uma abordagem mais qualificada sobre “os dilemas políticos e/ou éticos” que estão presentes na contemporaneidade e que, de certo modo, são influenciados pelas tecnologias da informação. Além disso, destacam que tais dilemas “se estendem a demais processos, problematizados ainda por aspectos culturais e/ou econômicos” (RABELLO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017, p.24).

Em se tratando da intermediação, Rabello e González de Gómez (2017) esclarecem que esta remete a um metaprocessos, com atores humanos e não humanos, tendo, à princípio, duas modalidades de sujeitos agentes: o profissional de informação e o usuário de informação.

Os autores mostram que o atual cenário informacional se constitui pela “convivência com distintos objetos tecnológicos e pela dinamicidade de processos comunicativos em rede”, o que “tem refletido e/ou influenciado a agência dos sujeitos e instituições informativas” (RABELLO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017, p.21).

Pautados na hipótese central da informação como fenômeno social e nas formas possíveis de investigação sobre os sujeitos em interação, organizaram suas problematizações em um quadro argumentativo direcionando olhares:

i) aos agentes ou sujeitos, atores informacionais concebidos não apenas em sua dimensão tradicional, mas por sua agência em contexto; ii) às agências ou intervenções, pensadas em diferentes formas e contextos de produção, intermediação e consumo da informação e do conhecimento; e iii) às institucionalidades, concebidas para além dos sistemas e da construção de informação que naqueles se encerra e se limita conceitualmente (RABELLO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017, p.31).

Verifica-se que estes encaminhamentos são possíveis desde uma concepção ampla do escalonamento dos paradigmas de Capurro (2007) e pela consideração de que

[...] em cada dimensão, a relação sujeito-objeto pode adquirir outros matizes quando entendida sob o quadro valorativo que considera ou não o sistema de informação, somado ao ponto de vista que leva em conta a função atribuída ao sujeito e o papel deste no amplo espectro de questões informacionais que podem abranger o gerenciamento, a intermediação, a busca, o acesso, a recuperação, a apropriação – mediante, por exemplo, o uso e a validação –, bem como a produção de informação e conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017, p.50).

Este entendimento aproxima-se das perspectivas da teoria *records continuum*, pautada no modelo *records continuum* que, atualmente, tem cinco dimensões organizadas mediante estudos desenvolvidos por arquivistas para abordagem de problemáticas identificadas nos arquivos australianos. Em parte, estas formulações são um contraponto às categorias catalizadoras da teoria das três idades, onde estão presentes os conceitos de arquivos corrente, intermediário e permanente.

Sobre as cinco dimensões do modelo *records continuum*, observa-se que a primeira representa o viés objetivo da criação do traço, do documento-como-traço. Na segunda dimensão, nota-se a captura “dos registros como prova ligando documentos-como-traço às transações, atos, decisões ou comunicações que documentam, bem como aos registros relacionados, aos agentes participantes e seus negócios imediatos ou contextos sociais”. Pela terceira dimensão verifica-se o processo de “organizar registros como prova ‘colocando-os’ nos contextos de um arquivo corporativo e/ou individual, e gerenciá-lo em estruturas que lhes permitam funcionar como memória individual, de grupo ou corporativa”. Na quarta dimensão averigua-se a pluralização “de registros como memória individual/de grupo/corporativa, em estruturas abrangentes, para que lhes permitam funcionar como memória coletiva acessível”. Já, a quinta dimensão desenvolve a noção das potências de usos do arquivo (MCKEMMISH, 2017, p.140, tradução nossa).

A configuração da quinta dimensão foi resultado da ampliação de estudos relacionados à quarta dimensão, os quais foram impulsionados, entre outras questões, em atenção às indicações de Cook⁵ na Conferência da Sociedade dos Arquivistas Australianos (ASA), em 2000. Tais sugestões destacam o elo unificador do modelo *records continuum* e as potencialidades em se pensar a natureza pluralizada dos arquivos bem como as suas relações complexas, múltiplas e fluidas através do espaço-tempo (MCKEMMISH, 2017).

⁵ Cook, Terry. Beyond the Screen: The Records Continuum and Archival Cultural Heritage. In: BURROWS, Lucy (Ed.) **Beyond the Screen: Capturing Corporate and Social Memory**. Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000.

Pelo modelo *records continuum*, verifica-se as qualidades evidenciais do documento de arquivo, do registro do arquivo e dos arquivos, que pela teoria *records continuum*, passam a funcionar e suportar propósitos múltiplos, tais como: “apoio à governança e responsabilidade, à formação da memória individual, coletiva, corporativa e coletiva, à modelagem da identidade e à provisão de fontes autorizadas de informação” (MCKEMMISH, 2017, p.141, tradução nossa).

Por meio destas dimensões, observa-se paulatinamente, o lugar do sujeito que, pela ampliação das práticas e teorias sobre os registros, torna-se agente na medida em que são consideradas as potencialidades de interação entre sujeito e objeto para que os últimos possam funcionar em contextos mais amplos de espaço-tempo.

Pela pluralização, vai-se além dos limites de uma organização, família, grupo, vida individual ou mesmo dos sistemas pré-estabelecidos de/para gerenciamento. Isso indica que os processos e sistemas para manutenção de registros preservam integridades e certas estabilidades para que regularidades sejam mantidas e permitam vinculações com camadas “cada vez maiores de metadados ricos sobre seus múltiplos contextos de criação e uso”. Ou seja, para que possam ser “acessados, usados e interpretados em outros espaços-tempos” (MCKEMMISH, 2017, p.139, tradução nossa).

Em síntese, pelas perspectivas do *continuum*, “enquanto o conteúdo e a estrutura de um registro podem ser vistos como fixos, em termos de contextualização, um registro está ‘sempre em processo de transformação’” (MCKEMMISH, 2017, p.139, tradução nossa).

Pelas indicações de González de Gómez e Rabello (2017, p.91),

As perspectivas que consideram as agências informacionais e os regimes de informação abrem espaço para uma análise ampla do sujeito em sociedade. Dentre os objetos a serem considerados, destaca-se aqui a validação da informação e do conhecimento, que pode ser investigada sem a necessidade de considerar o sistema de informação como pressuposto indispensável. A “perspectiva estrita” de sujeito, que tem como pressuposto o sistema de informação, continuará a ser um objeto tradicional e relevante da área de ciência da informação, destacando-se a perspectiva do comportamento informacional, permitindo a criação de abordagens que se diferenciam da aceção cognitiva, conforme é possível observar nos estudos sociais das práticas informacionais e das ações de informação.

A aproximação das abordagens apresentadas sobre o sujeito informacional, tradicionais e transversais, com as proposições do *continuum* trazem subsídios para indicar possibilidades para a percepção da condição de sujeito informacional, de reconhecimento e identificação ou afastamento desta nomeação. Afirma-se que tal reconhecimento não pode desconsiderar: os

elementos próprios da configuração da informação e do conhecimento em diferentes conjunturas; e os movimentos a partir dos quais foram objetos ou instrumentos para fundamentação e sustentação de campos de saberes e fazeres.

O reconhecimento da informação como fenômeno social e do modelo teórico que emerge no campo da informação, à luz de novos vínculos e formas sociotécnicas de interação e intervenção informacional, são acompanhados da difícil incumbência de compreender o sujeito como ator informacional. Tal ator, além de estar inserido em determinado contexto, também corrobora a definição (ou indefinição) de estados e situações informacionais que influenciarão a sua própria ação e reciprocamente as de outrem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO, 2017, p.91).

Com base nesta citação e pelas perspectivas das tecnologias de si, infere-se que as possibilidades de aceitação ou negação da condição de sujeito informacional devem ser permeadas pela concordância da informação como fenômeno histórico e social e pela ação do sujeito para além de enquadramentos estabelecidos.

A sistematização das questões apresentadas pode ser realizada com recurso às elaborações de Roberts (1982) sobre o “homem informacional”. A partir das considerações do autor e do percurso exposto, é possível a observação de três estágios do homem/sujeito no modo informacional: o homem/sujeito informacional primitivo; o homem/sujeito informacional moderno; e, pelos encaminhamentos contemporâneos, o homem/sujeito pós-moderno.

Inserido nas discussões do início da década de 1980 e, pautado nos preceitos de “*information behaviour*”, o autor observou os movimentos anteriores da Ciência da Informação e inferiu sobre encaminhamentos prospectivos. Concebeu ainda que o homem/sujeito na Ciência da Informação pode ser pensado desde uma simplicidade conceitual até uma maior complexidade, acompanhando as teorias e práticas do campo para abordagens do objeto informação. Conforme apresentado,

O homem informacional pode ser visto como um dispositivo de pesquisa útil se, e apenas se, as suposições comportamentais que ele incorpora refletirem e direcionarem a atenção para as realidades informacionais (ROBERTS, 1982, p.100-101, tradução nossa).

Deste modo, verifica-se que o homem/sujeito informacional primitivo pode ser entendido com base em modelos objetivos e racionais bem como por meio de abordagens direcionadas às *information needs and uses*. Neste estágio, os padrões de comportamento exigidos são: racionalidade informacional para a recuperação e uso das fontes disponíveis; aceitação de que “vive em um mundo formado pela necessidade de gerar, obter e usar

informação” e que, portanto, “nenhuma outra forma de atividade capaz de influenciar o comportamento da informação é permitida a introdução”; e a “realização de atividades informacionais dentro do reconhecimento de ambientes de informação artificiais” (ROBERTS, 1982, p.96).

Em relação ao homem/sujeito moderno, este passa a ser compreendido desde processos e modelos mais complexos e interativos, os quais são abordados, inicialmente, pela perspectiva de “*information behaviour*” e por meio de premissas comportamentais mais realistas. Isto aponta para a inserção de entendimentos focados na dimensão subjetiva e social da informação e para o desenvolvimento de ferramentas mais aprimoradas de análises (ROBERTS, 1982).

A concepção de homem/sujeito informacional pós-moderno aponta para o homem/sujeito como causa e consequência da atividade informacional, sendo observado individual e coletivamente em diferentes contextos socioculturais. Neste estágio, percebe-se um reexame das tendências e preocupações da Ciência da Informação seja em relação ao sujeito e/ou ao objeto (ROBERTS, 1982)⁶.

Estes estágios auxiliam na verificação de que abstrações e subjetividades não podem ser descartadas e que têm sido incorporadas em discursos sobre o indivíduo e nos atuais estudos que visam alocar em primeiro plano a informação como fenômeno social.

Neste ponto, o diálogo com a teoria *records continuum* é profícuo na medida em que esta não desconsidera formulações objetivas. No entanto, as percebe em dimensões que permitem relações para além dos registros e sistemas em um processo de vir a ser pelas potencialidades do sujeito. Portanto, conceber o sujeito informacional pelas tecnologias de si apresenta-se, como um caminho viável para um encontro mais propício entre as ferramentas informacionais e os modos como os indivíduos as conduzem.

Por meio da história a partir da qual resultou a concepção de sujeito informacional e, considerando vivências múltiplas entre saberes e fazeres no espaço-tempo, a partir e para além das delimitações de campos e procedimentos validados para o tratamento de problemáticas em torno da informação e do conhecimento, é que se estabelece o fundamento para a revisitação desta noção em busca de ampliações.

⁶ A noção de homem/sujeito pós-moderno não foi elaborada por Roberts (1982). No entanto, suas reflexões contribuíram para a formulação desta complementação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de revistar a noção de sujeito informacional foi conduzida pela perspectiva de desnaturalização de conhecimentos racionais formulados em torno da observação do sujeito em um modo informacional.

O percurso para o entendimento desta concepção considerou as construções que tiveram como base elementos de conjuntura da sociedade da informação bem como formas e normas estabelecidas no campo da Ciência da Informação para a abordagem de necessidades e potencialidades do usuário e do profissional de informação e de conhecimento.

Os discursos e enunciados sobre o sujeito, conforme validados disciplinar e cientificamente na Ciência da Informação, foram apresentados como resultado de delimitações fundamentadas em meio a processos e procedimentos para o estabelecimento deste campo e para a afirmação de seu domínio em torno do tratamento de problemáticas relacionadas à informação e ao conhecimento.

Em meio a estes contornos, aspectos acerca da dimensão política da concepção de sujeito informacional foram abordados no sentido de conduzir reflexões sobre as seguintes questões: o que foi aceito e validado no âmbito da Ciência da Informação; o que pode ser reconhecido, aceito, rejeitado ou alterado a partir das delimitações impostas à condição de sujeito informacional; e as possibilidades para a ampliação das delimitações da Ciência da Informação, considerando a aceitação da condição social da informação e as perspectivas advindas da teoria *records continuum* e das tecnologias de si em direção à ampliações.

Conforme indicado ao longo do texto, alguns apontamentos são elementos de conjuntura que auxiliam na identificação de dispositivos e vetores de força que possam suportar práticas e vivências em meio a efemeridades em diferentes espaços e tempos.

A partir da atenção direcionada a questões por trás das bases estruturadas e validadas sobre o sujeito informacional no âmbito da Ciência da Informação, verificou-se que persiste uma regularidade: a problemática em torno do tratamento da relação sujeito/objeto.

Esta permanência deve ser indagada e analisada a partir das fissuras não abordadas ou obscurecidas por certos enquadramentos funcionais. Mais, a noção de sujeito informacional e de suas necessidades deve ser aprofundada, considerando as circunstâncias a partir das quais as técnicas e as tecnologias de si podem ser integradas, de formas diferenciais e múltiplas, a estruturas ou sistemas de dominação.

Conclui-se que as perspectivas de ampliação da noção de sujeito informacional são possíveis pela desnaturalização desta concepção. O distanciamento do lugar consolidado de observação, o reexame da Ciência da Informação mediante questões e problemáticas contemporâneas, o diálogo com diferentes áreas, o desenvolvimento de práticas e teorias são contribuições nos caminhos para uma nova busca pelo sujeito informacional.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Odílio Alves. A política na sociedade do conhecimento. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.30, n.1, p.11-24, 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n1/v30n1a01.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônico...** Florianópolis: PPGCI/UFSC, 2013. p.1-20. Disponível em:
<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013862/d9c6d393dc8caf7a9d16b95dd91b3110>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Práticas informacionais: novo cenário para o estudo dos usuários da informação. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo (Orgs.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília/DF: IBICT, 2017. 397p.; p.195-235. Disponível em:
<<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermediacao.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 244p.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos**. Tradução, transcrição e notas: Nildo Avelino. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. 186p.
- GIBBONS, Leisa. **Culture in the Continuum: YouTube, Small Stories and Memory-making**. 2015. Dissertation (PhD) - Faculty of IT, Monash University, Monash, 2015.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo. Sujeito, agência e informação: tradição e leituras transversais. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo (Orgs.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília/DF: IBICT, 2017. 397p.; p.43-97. Disponível em:
<<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermediacao.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012. 400p.

MANGUEL, Alberto. **No bosque do espelho**: ensaios sobre as palavras e o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 295p.

MCKEMMISH, Sue. Recordkeeping in the Continuum. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (Eds.). **Research in the Archival Multiverse**. Victoria: Monash University Publishing, 2017, p.122-160.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos (Org.). **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007. 304p.

RABELLO, Rodrigo; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Agentes, intermediações e institucionalidades: apontamentos acerca de um mosaico interpretativo no campo informacional. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; RABELLO, Rodrigo (Orgs.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília/DF: IBICT, 2017. 397p.; p.21-40. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermediacao.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ROBERTS, Norman. A search for information man. **Social Science Information Studies**, v.2, p.93-104, 1982.

SALDANHA, Gustavo. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v.2, n.1, p.65-88, jan./jun., 2013. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_8f52b72694_0000018246.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.